

OPEA SPE 02 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros- AGIBANK

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras no período de 19 de maio de 2025
(data de início da operação) à 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório do Auditor Independente | 3 |
| Balanços Patrimoniais - Ativo | 6 |
| Balanços Patrimoniais - Passivo | 7 |
| Demonstrações do Resultado | 8 |
| Demonstrações do Resultado Abrangente | 9 |
| Demonstrações da Mutaç o do Patrim nio L quido | 10 |
| Demonstra es do Fluxo de Caixa | 11 |
| Demonstra o do valor adicionado | 12 |
| Notas explicativas da Administra o  s Demonstra es Financeiras | 13 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista da
OPEA SPE 02 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - AGIBANK
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da OPEA SPE 02 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - AGIBANK. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 19 de maio de 2025 (data de início da operação) à 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OPEA SPE 02 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - AGIBANK. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o período 19 de maio de 2025 (data de início da operação) à 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações financeiras acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações

foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-048.811/O-0



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP- 273.332/O-9

OPEA SPE 02 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - AGIBANK

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

Ativo

| | Notas | 31/12/2025 |
|-------------------------------|-------|-----------------|
| Ativo circulante | | <u>1</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 1 |
| Total do ativo | | <u><u>1</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPEA SPE 02 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - AGIBANK

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

Passivo e patrimônio líquido

| | Notas | 31/12/2025 |
|---|-------|-----------------|
| Passivo circulante | | <u>-</u> |
| Patrimônio Líquido | | <u>1</u> |
| Capital social | 5.1 | 1 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | <u><u>1</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPEA SPE 02 Companhia Securitizadora de Créditos

Demonstrações do resultado

Para o período de 19 de maio de 2025 a 31 dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

| | Notas | 19/05/2025 a 31/12/2025 |
|--|-------|----------------------------|
| Receitas Operacionais | | <u>-</u> |
| Resultado operacional líquido de securitização | | <u>-</u> |
| Receitas (despesas) operacionais | | |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | <u>-</u> |
| Total de (despesas) receitas operacionais | | <u>-</u> |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | | <u>-</u> |
| Resultado financeiro | | |
| Resultado financeiro líquido | | <u>-</u> |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | <u>-</u> |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | | <u>-</u> |
| Quantidade de ações | 5 | 1.000 |
| Resultado por ação - R\$ | | <u>R\$ -</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPEA SPE 02 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - AGIBANK

Demonstrações do resultado abrangente

Para o período de 19 de maio de 2025 a 31 dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

| | 19/05/2025 a 31/12/2025 |
|--|----------------------------|
| Resultado do período | <u>-</u> |
| Outros resultados abrangentes | - |
| Resultado abrangente do período | <u>-</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPEA SPE 02 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - AGIBANK

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o período de 19 de maio de 2025 a 31 dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

| | Capital social | Lucros/Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido |
|---|-----------------|--------------------------------|-----------------------|
| Saldos em 19 de maio de 2025 | - | - | - |
| Integralização de capital social | 1 | | 1 |
| Resultado do período | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | <u>1</u> | <u>-</u> | <u>1</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPEA SPE 02 Companhia Securitizadora de Créditos

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o período de 19 de maio de 2025 a 31 dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

| | 19/05/2025 a 31/12/2025 |
|---|----------------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | |
| Resultado do período antes dos impostos | - |
| Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: | |
| Redução (aumento) nos ativos operacionais: | |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | - |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento | - |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | |
| Capital Integralizado no período | 1 |
| Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento | 1 |
| Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa | 1 |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período | - |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 1 |
| Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa | 1 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPEA SPE 02 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - AGIBANK

Demonstrações do valor adicionado

Para o período de 19 de maio de 2025 a 31 dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

| | 19/05/2025 a 31/12/2025 |
|--|----------------------------|
| Receitas | <u>-</u> |
| Insumos adquiridos de terceiros | <u>-</u> |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | - |
| Valor adicionado bruto | <u>-</u> |
| Valor adicionado líquido produzido | <u>-</u> |
| Valor adicionado recebido em transferência | |
| Valor adicionado a distribuir | <u><u>-</u></u> |
| Distribuição do valor adicionado | |
| Resultado retido (prejuízo no período) | - |
| Valor adicionado distribuído | <u><u>-</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações gerais e contexto operacional

A OPEA SPE 02 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - AGIBANK (“Companhia”), foi constituída em 19 de maio de 2025 é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. Seu acionista controlador até 31 de dezembro de 2025 é OPEA HOLDING S.A.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e securitização de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; (ii) emissão e colocação privada, junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliários compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de crédito supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos da sua carteira de créditos.

Atualmente a OPEA SPE 02 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - AGIBANK tem como objetivo a emissão de instrumento de dívida (debentures) no mercado primário, estruturada e lastreada em recebíveis de crédito financeiro, nos termos de convênio com o Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”), formalizadas como CCB, emitidas por pessoas físicas titulares de benefícios mensais de aposentadoria ou pensão do Regime Geral de Previdência Social e cedidas por BANCO AGIBANK S.A..

Em 24 de julho de 2025, a Companhia registrou o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples”, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 36 (Trinta e Seis) Séries da Classe Sênior para Distribuição Pública Sob o Rito de Registro Automático, e 1 (Uma) Série da Classe Subordinada para Colocação Privada, com valor total de até R\$ 4.000.000.

Em face da securitização em regime fiduciário, na essência e na forma, sem quaisquer retenções de riscos e benefícios sobre os recebíveis de crédito objeto de garantia real constituídas em favor das debêntures emitidas, a Companhia procedeu com o desreconhecimento do ativo financeiro vinculado ao passivo da emissão, uma vez que retém somente os direitos contratuais sobre o recebimento do ativo original, concomitantemente à obrigação assumida do pagamento dos respectivos fluxos de caixa aos debenturistas.

A prestação de serviços de gestão dos fluxos financeiros da operação de debêntures e seus ativos fiduciariamente vinculados é realizada diretamente por empresas do grupo Opea, e custeada dentro da estrutura da operação, sem retenção de benefícios ou compromissos para a Companhia.

Em decorrência da estruturação da operação, a Companhia opera exclusivamente com um patrimônio separado, que é responsável por todas as obrigações associadas à sua gestão. Todas receitas e as despesas da Companhia, relacionadas a serviços prestados, como auditoria e outros custos operacionais, são registradas diretamente no Patrimônio Separado (PS) e classificadas como despesas operacionais, pois estão diretamente vinculados às operações realizadas dentro do

patrimônio separado. Diante disto, não é esperado que a Companhia venha auferir lucro para os próximos exercícios.

A companhia avalia que possui capacidade de manter as suas atividades em funcionamento enquanto as operações do Patrimônio Separado estiverem ativas.

2 Bases de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes na data base. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e sua emissão foi autorizada em 30 de março de 2026.

2.2 Bases de apresentação

2.2.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações financeiras, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais. Todas as informações contábeis trimestrais apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.3 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas respectivamente.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação, principalmente em aplicações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário (CDBs). As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.2 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

/

3.3 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas demonstrações financeiras efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação;
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas informações contábeis, mas divulgadas em notas explicativas.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

De acordo com CPC 48, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos/modelo de negócio documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos exercícios.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultados abrangentes (VJRA)

Os ativos financeiros são classificados nesta categoria quando são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e cujos termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com as variações excedentes ao custo amortizado reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes), líquidas dos efeitos tributários. Ganhos e perdas acumulados são reclassificados para o resultado do período apenas no momento da baixa ou alienação do ativo. No encerramento do exercício, a Companhia não detinha ativos financeiros classificados nesta categoria

Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros desreconhecidos

A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no item 3.2.5 do CPC 48, que são:

- (a) Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados.
- (b) Quando a Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.
- (c) Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o exercício em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos credores.

3.4.2 *Passivo Financeiros e instrumentos de capital*

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira, após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida.
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

3.5 **Apuração do resultado**

As receitas, quando apresentadas, são reconhecidas pelo regime de competência, assim como os custos e despesas dos serviços prestados que são diretamente relacionadas à prestação dos serviços de securitização, incluindo custos com assistência contábil, jurídica e assessorias.

3.6 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

3.8 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.9 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias, e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.10 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- a) Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- b) Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

3.11 Novas normas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

Resolução CVM 193 - Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board – ISSB;

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenham impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Refere-se ao saldo em caixa decorrente da integralização do capital social

| | <u>31/12/2025</u> |
|-------------------------------|-------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 1 |
| Total | <u>1</u> |

5 Patrimônio líquido

5.1 Capital Social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

5.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não houve destinação de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

6 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras automáticas em conta corrente que são títulos de renda fixa administrados por banco de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. Esses instrumentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificados na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e resgate imediato e automático é garantido na taxa pactuada na aplicação, e os saldos refletem o seu valor justo na data da avaliação.

7 Gerenciamento de riscos

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes à operação. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso,

instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros.

Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

7 Partes relacionadas

Não existem transações com partes relacionadas no período findo em 31 de dezembro de 2025.

8 Contingências

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui provisões, ativos ou passivos contingentes, tampouco possui conhecimento de processos judiciais do qual seja ré.

9 Eventos subsequentes

A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto e ou divulgação nas informações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2025.

Sergio Ferraz
CRC 1SP179881/O-5